

Dinâmica Econômica Nordestina e Emprego Formal Industrial O Caso dos Estados da Bahia e Ceará 2003/2013

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2019.47.248-264>

Recebido em: 4/2/2018

Aceito em: 9/10/2018

José Ediglê Alcântara Moura,¹ Francisco do O' de Lima Júnior,²
Denis Fernandes Alves³

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar a dinâmica econômica nordestina tendo como fundamento a evolução do emprego industrial formal nos Estados do Ceará e da Bahia durante o período de 2003 e 2013. A definição destes Estados para estudo de caso justifica-se em um conjunto de aspectos como: i) resumir o perfil estrutural do conjunto das economias regionais; ii) trata-se da economia nordestina mais dinâmica, a Bahia, e outra que assume padrão intermediário, o Ceará e; iii) como decorrência, a Bahia possui a economia industrial mais integrada à nacional, e, por isso, bem mais diversificada, à medida que o Ceará, embora tenha passado por transformações consideráveis rumo à integração e diversificação, ainda apresenta uma estrutura produtiva pautada prioritariamente em bens tradicionais. Foram utilizados dados secundários da Relação Anual de Informações Sociais – Rais – do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE – referentes à caracterização da atividade industrial nestas duas economias bem como o perfil dos seus trabalhadores. Observou-se que a atividade industrial baiana apresentou maior diversificação nos setores em que possui empreendimentos com maior número de empregados. No caso cearense, apresenta um modelo mais pautado em setores tradicionais como têxtil, alimentos e bebidas, além da forte participação no ramo de calçados. Isto ocorre apesar de a diversificação mais recente avançar para ramos como o caso da ampliação da Indústria de Material de Transporte. Ainda assim sua estrutura industrial e o perfil do emprego formal são predominantemente pautados em setores mais tradicionais.

Palavras-chave: Emprego industrial. Bahia. Ceará. Dinâmica econômica.

NORTHEAST ECONOMIC DYNAMICS AND INDUSTRIAL FORMAL EMPLOYMENT THE CASE OF THE STATES OF BAHIA AND CEARÁ – 2003/2013

ABSTRACT

This work has as objective to study the northeastern economic dynamics and is based upon the evolution of formal manufacturing employment in the states of Ceará and Bahia, during the period 2003 to 2013. The definition of these states as a case study is justified in a number of aspects such as: i) summarize the structural profile of all the regional economies; ii) it is the most dynamic economy Northeast, Bahia, and another that standard intermediate assume, Ceará and; iii) as a result, Bahia has the most integrated national industrial economy, and so much more diverse, while Ceará, although it has undergone considerable changes towards integration and diversification, still has a productive structure guided primarily in property Traditional. Secondary data from the Rais-MTE information database related to characterizing the industrial activity in these two economies as well as the profile of its workers. It was observed that the Bahia's industrial activity, is more diversification in their sectors. The state has companies with the greatest number of employees. But the Ceará case presents a model guided by more traditional sectors such as textiles, food and beverages, as well as strong participation in the footwear industry. This occurs despite the latest move towards diversification branches as the case of expansion of industry Transport Material. Still, its industrial structure and the profile of the formal employment is predominantly ruled in more traditional sectors.

Keywords: Industrial employment. Bahia. Ceará. Economic dynamics.

¹ Aluno de Graduação em Economia pela Universidade Regional do Cariri (Urca). Pesquisador do Grupo de Estudos em Negócios Urbanos e Rurais. edigle.economia@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Universidade Regional do Cariri (Urca). lima.junior@urca.br

³ Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (Urca). Aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). denis_fernandes@outlook.com

A dinâmica econômica da Região Nordeste do Brasil, durante as duas últimas décadas, incorporou vetores de transformação que acompanham os movimentos do processo de reestruturação econômica vivenciado em âmbito global. As particularidades do desenvolvimento regional e seu papel ante a economia nacional, entretanto, não deixam de ser importantes acréscimos que determinam os resultados observados nesta realidade.

Marcadamente considerada como o espaço nacional que inicia a mobilização com as preocupações com a questão regional brasileira, após a etapa de intervenção planejada via ações da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e consubstanciada no modelo desenvolvimentista de políticas públicas, assiste-se a uma gradativa transformação econômica. Vencem-se as etapas de conexão do mercado nacional com a consolidação da fase de integração produtiva conforme atestaram os principais estudiosos na área.⁴

Ainda assim, com base nas decorrências deste epílogo acerca da promoção do desenvolvimento nordestino, pode-se considerar duas exterioridades relevantes. A primeira, de ordem mais macroestrutural, refere-se ao esvaziamento das políticas de desenvolvimento, e com ele o fim das políticas regionais advindas no bojo da longa crise do Estado Nacional que culmina com a emergência do paradigma de regulação neoliberal. A prioridade da ação pública volta-se exclusivamente para o macroconjunturalismo contido na busca do controle inflacionário e equilíbrio das contas públicas, em que mergulham as economias latino-americanas durante as duas últimas décadas do século 20 e início da década seguinte.

Nos anos subsequentes, como saída para a ausência da promoção regional, assistiu-se ao predomínio dos localismos como forma de pensar as questões do desenvolvimento capitalista e suas espacialidades (BRANDÃO, 2007). Os resultados mais imediatos foram a promoção da guerra de lugares, seja contida nas estratégias para atração de investimentos públicos ou na busca de arrojados investimentos produtivos privados em um processo de realocação produtiva.

Torna-se válido ressaltar a segunda exterioridade, mais particular à região Nordeste, que está relacionada aos efeitos intrarregionais da integração produtiva. A desconcentração produtiva instaurou uma dinâmica de desigualdade no espaço nordestino, sendo privilegiadas as maiores economias. No entanto, tal padrão, cujo fôlego maior ocorre com a desconcentração virtuosa, se mantém na fase posterior de desconcentração espúria.⁵

⁴ Dentre estes ver Cano (2007), Guimarães Neto (1989), Araújo (1995).

⁵ As distinções do processo de industrialização do Brasil pós-1930 e suas demarcações em termos espaciais são caracterizados por CANO (2008, p. 36) como virtuoso, até a década de 1970 (que ocorre num quadro de crescimento nacional e avanço da integração produtiva), e a partir de então espúrio (com arrefecimento das taxas de crescimento, crise de endividamento, declínio da ação governamental nas políticas de desenvolvimento regional). Nesta segunda fase, é recorrente o uso de instrumentos que evocam os localismos como o fadado exemplo da guerra fiscal.

Sendo assim, o presente trabalho objetiva a estudar a dinâmica econômica nordestina, tendo como fundamento a evolução do emprego industrial formal de dois destes Estados durante o período de 2003 e 2013. A definição destes Estados como estudo de caso justifica-se num conjunto de aspectos como: i) sumarizam o perfil estrutural do conjunto das economias regionais; ii) trata-se da economia nordestina mais dinâmica, a Bahia, e outra que assumem padrão intermediário, o Ceará e; iii) como decorrência, a Bahia possui a economia industrial mais integrada à nacional, e, por isso, bem mais diversificada, à medida que o Ceará, embora tenha passado por transformações consideráveis rumo à integração e diversificação, ainda apresenta uma estrutura produtiva pautada prioritariamente em bens tradicionais.

Para alcançar o objetivo proposto, o trabalho está dividido em duas partes além desta Introdução, das Considerações Finais e Referências Bibliográficas. Numa primeira sessão são traçadas algumas notas sobre a dinâmica econômica nordestina na fase de auge e posterior esvaziamento do aparato de suporte às ações desenvolvimentistas na região. Esta sessão justifica-se pela necessidade de historicizar e contemporaneizar a industrialização regional com destaque para estes dois Estados. Na sessão seguinte são explorados os aspectos do emprego industrial formal nas economias cearense e baiana.

Admitiu-se como questionamento problematizador a seguinte indagação: Como se comportam as variáveis que definem o padrão do emprego formal industrial nos Estados da Bahia e do Ceará durante os anos de 2003 e 2013? A hipótese norteadora a ser seguida para resposta a tal questionamento é de que as duas estruturas continuam a se apresentar de forma distinta, ainda que o processo de acumulação seja homogeneizador. A Bahia permanece com uma estrutura de emprego mais diversificada e dinâmica, na medida em que o Ceará mantém um perfil tradicional, não obstante a modernização que vivenciou nos últimos 30 anos.

Utilizou-se de abordagem metodológica descritiva estrutural, recorrendo a banco de informações da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego – Rais – tem –, por ser considerado o banco de informações mais completo e consolidado atinente às variáveis de emprego formal. Foram exploradas variáveis concernentes tanto às características da indústria quanto ao perfil dos trabalhadores. Para as características da indústria foram exploradas as seguintes informações: número de estabelecimentos industriais, número de trabalhadores por ramo de atividade econômica, quantidade de empregados por setor da Indústria de Transformação e distribuição do emprego formal industrial por tamanho do estabelecimento. Já no perfil dos trabalhadores, a investigação se pautou em: número de empregados formais na atividade industrial segundo sexo, faixa etária, grau de instrução, tempo de serviço e faixa de remuneração.

**NOTAS SOBRE A DINÂMICA ECONÔMICA
NORDESTINA NO PERÍODO DE 1970-2013:
Do Desenvolvimentismo Ao Esvaziamento
Das Políticas De Desenvolvimento Regional**

Conforme já apontado na Introdução, em termos de desenvolvimento regional a política orquestrada pela Sudene promoveu relativa modernização nordestina, modificando o território regional com ampliação, diversificação e integração do parque industrial regional ao nacional.

No que se refere à integração da economia nacional, houve forte tendência de reprodução de uma divisão espacial do trabalho entre as regiões brasileiras. À medida que, gradativamente, a atividade do Sudeste assume padrão caracterizado por serviços e setores mais modernos e intensivos em capital, houve estabelecimento de ramos complementares no espaço nordestino, cujos aspectos mais gerais seguiam o maior uso da mão de obra e/ou outros setores voltados para o fornecimento de insumos (LIMA, 2005).

O viés desconcentrador imprime intrarregionalmente sua característica concentradora, inerente à própria acumulação capitalista de privilegiar determinados espaços. Ainda que reconhecendo tal característica, a contraditoriedade apresenta-se nas formas assumidas por uma política pública que tinha por principal intento a redução de disparidades regionais.

Na promoção do desenvolvimento via Sudene, que teve a sua lógica de esvaziamento ante o que preconizava os princípios fundadores já nos anos 70 do século 20, foram privilegiadas as maiores economias.⁶ Dos projetos liberados pela Superintendência até meados do decênio de 1980, 64,3% do montante total dos investimentos estavam localizados nos Estados de Bahia, Pernambuco e Ceará, suas economias mais importantes. Este percentual é reproduzindo também para o número de empregos gerados por tais investimentos conforme é visualizado na Tabela 1. Tal padrão, cujo fôlego maior ocorre com a descontração virtuosa, se mantém na fase posterior de desconcentração espúria.

Tabela 1 – Nordeste: Projetos aprovados pela Sudene por Unidade Federada (1960-1984)⁷

Estados	Número de Projetos	Investimento Total		Empregos Diretos	
		Valor	%		
Maranhão	123	1.884.377	7,8	16.158	
Piauí	122	894.894	3,7	13.454	
Ceará	384	2.102.242	8,8	70.336	
Rio Grande do Norte	134	1.344.668	5,6	34.146	
Paraíba	291	1.169.435	4,9	36.494	
Pernambuco	523	4.369.174	18,2	121.076	
Alagoas	65	828.756	3,4	12.822	
Sergipe	61	839.061	3,5	13.322	
Bahia	447	8.910.817	37,3	104.538	
TOTAL	2.335	23.965.302	100,0	460.431	

Fonte: Sampaio Filho (1985, p. 68 *apud* Lima Júnior, 2014a, p. 52).

⁶ Para esvaziamento da Sudene enquanto instituição promotora de desenvolvimento regional ver LIMA JÚNIOR (2014b).

⁷ Estão excluídos os projetos aprovados para o Norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, áreas de atuação da Sudene.

Como forma de superação da crise do paradigma desenvolvimentista, na década de 90 disseminou-se amplamente o ideário da descentralização, tanto no âmbito tributário quanto na promoção do crescimento econômico, e um cenário de esfacelamento do Estado Nacional decorrente do quadro de crise de endividamento, culminando no aniquilamento das políticas de desenvolvimento regional de âmbito federal. Coube como escape aos governos estaduais, mesmo com suas finanças altamente debilitadas, utilizarem-se de instrumentos de guerra fiscal para atração de investimentos (PACHECO, 1998).

Como instrumento de transferência líquida de recursos para o setor privado, os governos subnacionais passam a atrair empresas por meio de incentivos fiscais a exemplo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS –, o que impõe relativa seletividade na localização industrial. Diante de uma política macroeconômica baseada em elevadas taxas de juros domésticas e câmbio apreciado, o mecanismo mais eficiente para contrabalançar os efeitos negativos da abertura comercial e da falta de investimentos estimulados pelo governo federal baseou-se na “guerra fiscal”. Ademais, conforme Cano (2008), foi a ferramenta mais nítida de ruptura com federalismo na promoção do desenvolvimento e privilégio às instâncias locais, posto que

Muitos governos locais (estaduais e municipais), como medida de defesa – mas também por acreditarem na ideologia do *Poder Local* –, lançaram-se à infeliz empreitada da “guerra fiscal”, submetendo-se a verdadeiros leilões de localização industrial promovidos por empresas de grande porte (em geral transnacionais), transferindo dinheiro de pobres para milionários e fomentando a localização pelo subsídio e pelo trabalho periférico, ainda mais precarizado e barato (CANO, 2008, p. 34).

Para Pochmann (2001), as empresas tendiam a decidir sua localização já com base nos custos atrativos de mão de obra e de transportes. Tal elemento marcava a transferência para o Nordeste, ficando a decisão de localização intrarregional ao leilão de incentivos ofertados.

Numa perspectiva mais ampla, afirma-se que ganharam legitimidade as inserções pautadas nos aspectos de competitividade ancoradas na emergência do local em sintonia com a lógica de divisão espacial do trabalho. Arranjos de políticas foram realizados, tendo como consequência a promoção de ajustes espaciais com as atividades econômicas, imprimindo movimentos locais que traduzem a busca por redução de custos.

Em tal lógica, os territórios com fatores como mão de obra barata e abundante, infraestrutura, disponibilidade de matérias-primas e algumas outras dotações e atributos positivos em termos locais, passam a ser atrativos, e as vantagens oferecidas pelos poderes públicos em suas diversas esferas somam-se como determinantes (MACEDO, 2010).

Tal conjuntura foi decisiva no tocante às espacialidades econômicas da Região Nordeste nas últimas três décadas. Como destacou-se anteriormente, enquanto plataforma das transformações econômicas decorrentes da inserção brasileira – e nordestina em particular – ao contexto global de reestruturação, a região assumiu função importante da configuração da divisão espacial do trabalho.

É importante reaver que na fase de ação mais direta da Sudene, que vai de meados dos anos 60 até primeira metade da década de 80, em que predominara a ação desenvolvimentista, a região completa suas fases de articulação produtiva nacional,⁸ com taxas de crescimento setoriais na maioria das vezes superior às nacionais, conforme atesta a Tabela 2. O principal resultado foi a consolidação de “ilhas de prosperidade” distribuídas espacialmente e que, além de abranger suas Regiões Metropolitanas e principais capitais, alcançaram alguns espaços mais interiorizados (ARAÚJO, 1995).

Tabela 2 – Brasil e Região Nordeste: Taxas de Crescimento do PIB Setorial (%)
1960-2010 Períodos Selecionados⁹

	Agricultura		Indústria		Serviços	
	BR	NE	BR	NE	BR	NE
1950-60	4,59	5,53	6,27	5,23	6,18	6,27
1960-70	-0,49	-1,08	11,53	10,02	8,88	7,68
1970-75	9,76	8,63	14,31	15,75	9,68	8,42
1975-80	6,40	6,05	12,94	18,09	7,46	9,40
1980-85	4,24	5,16	3,53	8,70	0,75	1,65
1985-90	-4,99	-6,45	-0,01	-2,55	4,73	4,78
1990-95	1,17	1,53	-1,67	-0,79	0,70	0,40
1995-00	-0,50	-3,54	3,73	4,80	1,33	2,41
2000-05	-2,84	-0,07	-3,74	-3,29	7,13	6,89
2005-10	3,46	2,41	1,59	2,56	4,81	5,96

Fonte: Elaboração a partir de IBGE (2010); IPEADATA (2013).

Nesta dinâmica, a ação planejada, objetivando redução de disparidades que desfavoreciam o Nordeste quando comparado às demais regiões brasileiras, não obstante ter alcançado alguns efeitos positivos transformando a estrutura produtiva da região (LIMA JÚNIOR, 2014b), geraram algumas disparidades intrarregionais que são objeto de intenso debate. Além dos casos prósperos de áreas como o Complexo Petroquímico de Camaçari na Bahia, o Complexo Portuário de Suape no Pernambuco, III Polo Industrial Diversificado em Fortaleza/CE, o Complexo de Indústria de Base Salgema em Sergipe e o Complexo Cloroquímico de Alagoas, localizados prioritariamente nas capitais da Região ou em suas proximidades, outros polos se diferenciaram imprimindo as bases de configuração da desconcentração concentrada.

⁸ Esta articulação, segundo Guimarães Neto (1989), Araújo (1995) e Cano (2008), decorreu do processo histórico de formação e integração do mercado nacional. Saindo de um contexto de insulamento, as etapas deste processo foram: i) a articulação comercial sob o comando da economia da Região Centro-Sul, centro dinâmico e mais diversificado do país; e, ii) a integração produtiva, com a introdução de ramos econômicos complementares principalmente à indústria deste centro dinâmico, estimuladas pela Sudene.

⁹ Cálculo com base na seguinte disponibilidade de dados com respectivos órgãos/fontes: para os anos de 1950 e 1960, Produto Interno Líquido a custo de fatores; para os anos de 1970 a 1980, PIB a custo de fatores; para os anos de 1985 a 2001, antigo Sistema de Contas Regionais, que passa a utilizar o conceito de preços básicos; para os anos de 2005 e 2002, Sistemas de Contas Regionais Referência 2002.

METODOLOGIA

Na realização deste trabalho fez-se necessária a utilização de dois métodos: o descritivo e o explicativo. O primeiro trabalha com um breve retrospecto acerca da dinâmica econômica nordestina do desenvolvimentismo à busca de novos paradigmas no período recente. O segundo método é utilizado para estudar as características da indústria, assim como o perfil socioeconômico e sociodemográfico dos trabalhadores formais inseridos no setor industrial nos Estados da Bahia e Ceará no Nordeste brasileiro.

Os dados são da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), referentes aos anos 2003 e 2013. Foram utilizadas um total de nove variáveis, sendo quatro para analisar as características da indústria e mais cinco para traçar o perfil do trabalhador empregado na indústria formal da Bahia e do Ceará.

Para analisar as características da indústria, foi necessária a tabulação das seguintes variáveis: número de estabelecimentos industriais, número de trabalhadores por ramo de atividade econômica, quantidade de empregados por setor da indústria de transformação e distribuição do emprego formal industrial por tamanho do estabelecimento. A segunda parte procura analisar o perfil socioeconômico e sociodemográfico do trabalhador na indústria formal, quando se utiliza as seguintes variáveis: número de empregados formais na atividade industrial segundo sexo, idade, grau de instrução, tempo de serviço e faixa de remuneração.

EMPREGO INDUSTRIAL FORMAL: OS CASOS DOS ESTADOS DA BAHIA E DO CEARÁ DURANTE O PERÍODO DE 2003/2013

Características da Indústria

Número de Estabelecimentos Industriais

Segundo os dados da Rais para os Estados da Bahia e do Ceará, conforme exposto na Tabela 3, o crescimento na quantidade de indústrias formais abertas entre os anos de 2003 e 2013, com destaque para o Estado da Bahia, que passou de 7.551 indústrias em 2003 para 12.801 unidades produtivas em 2013, sofreu variação ao longo do período de 69,53%, diante de uma variação de 65,26% unidades produtivas no Ceará no mesmo período.

O crescimento significativo de indústrias abertas em ambos os Estados decorre do processo de realocação de indústrias do Sul e Sudeste do país que migram para o Nordeste brasileiro, motivados pela panaceia advinda com o movimento de reestruturação produtiva adicionados à oferta de incentivos fiscais e financeiros, mão de obra barata, abundante e disciplinada, combinada com ausência de sindicatos combativos. Ademais, conforme argumentam os propositores da política de atração, há aproximação geográfica dos mercados estadunidense e europeu, acabando por reduzir o custo de transporte, facilitando o escoamento aos mercados externos.

Tabela 3 – Ceará e Bahia: Número de estabelecimentos industriais 2003/2013

UF	2003	2013	Variação (%) 2003/2013
Ceará	6.986	11.545	65,26
Bahia	7.551	12.801	69,53
Total	14.537	24.346	134,79

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria.

Os resultados da Tabela 3 reafirmam a leitura de Pacheco (1998), ao afirmar um processo de desconcentração industrial em direção aos Estados do Nordeste. Esta migração de indústrias manifesta-se mais sob a forma de fragmentação da economia nacional do que um crescimento solidário das regiões, com surgimento de “ilhas de produtividade” em cada região.

Vale ressaltar que, ao se configurar uma “desconcentração concentrada”, já destacada no presente trabalho, é observado que este quadro se reproduz também dentro de cada Estado. Os investimentos industriais em ambos os casos aqui analisados, concentram-se em suas capitais: Fortaleza, em 2013, dispunha de 54,16% dos estabelecimentos industriais cearenses, enquanto Salvador abarcava 49,23%.¹⁰ A seletividade espacial decorre naturalmente da disponibilidade de infraestrutura e de uma quantidade de outras externalidades positivas aos investimentos, decorrentes da consolidação destas regiões metropolitanas como espaços de dinâmica e elevada competitividade.

Evolução do Emprego Formal por Ramo de Atividade

Os dados da Tabela 4 apresentam evolução do emprego formal por ramo de atividade. Ainda que pese o fato de o presente trabalho dedicar-se ao caso da atividade industrial, a informação quanto aos demais setores é relevante. Conforme visto, destaca-se a elevada concentração de trabalhadores empregados no setor de serviços nos dois Estados. Em 2013, o setor de serviços diminuiu sua participação em ambos, principalmente na Bahia, ao auferir uma taxa de crescimento negativa de 0,27% a.a.¹¹

Nos anos de 2003 e 2013 observa-se o setor comercial liderar a participação tanto na economia baiana quanto na economia cearense: no Ceará verifica-se uma variação de 128,80% e com maior taxa de crescimento em todos os setores 8,63%a.a.; já na Bahia houve um nível menor de participação, implicando variação de 94,68% e taxa de crescimento de 6,89%a.a.

Tabela 4 – Ceará e Bahia: Evolução do emprego formal por ramo de atividade – 2003/2013

RAMO DE ATIVIDADE	CEARÁ				BAHIA			
	2003	(%)	2013	(%)	2003	(%)	2013	(%)
Indústria	173.093	30,2	275.198	25,0	151.674	16,4	267.665	15,5
Construção Civil	27.091	4,8	84.619	7,7	56.736	6,1	171.521	9,9
Comércio	113.438	19,8	259.549	23,6	229.048	24,8	445.904	25,8
Serviços	241.659	42,2	454.959	41,4	414.327	44,8	755.191	43,7
Agropecuária	17.566	3,8	25.920	2,4	72.086	7,8	89.393	5,2
Total	572.847	100,0	1.100.245	100,0	923.871	100,0	1.729.674	100,0

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria.

¹⁰Dados oriundos da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS – do Ministério do Trabalho e Emprego- MTE.

¹¹A taxa de crescimento anual é calculada a partir do seguinte método $\{[(ano_t / ano_0)^{1/n}] - 1\} \times 100$; onde n é o número de anos da série, ano_t é o ano final e ano₀ o ano inicial.

Ao se investigar a dinâmica do emprego formal industrial, é necessário fazer a leitura considerando o peso relativo da indústria no conjunto da economia como um todo. Assim, apesar de ter aumentado o número de postos de trabalho formais na indústria nas duas economias, em termos relativos a realidade é outra. No caso cearense, passou-se, em termos absolutos, de 173.093 empregados formais em 2003 para 275.198 empregados em 2013, ocorrendo uma variação de 58,99%. Em termos relativos, no entanto, observa-se diminuição na participação da indústria no emprego total, passando de 30,22% para 25,01%. Para a economia baiana ocorre caso semelhante ao observar-se aumento de postos de trabalho em 2003 de 151.674, em números absolutos, para 267.665 em 2013, ocorrendo uma variação de 76,47%. Apesar do número maior de empregos gerados na indústria, ao relativizar este crescimento ao contexto global das demais atividades, constatou-se que houve uma queda na participação do emprego total, passando de 16,42% para 15,47% nos anos analisados.

Algumas análises apontam para tal fenômeno como um alinhamento com o que se observa na conjuntura macro, com o denominado processo de “desindustrialização”, ou seja, queda na participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região. Segundo Oreiro e Feijó (2010), esses efeitos podem ter impactos negativos na economia brasileira, pois, mesmo com maior participação do setor terciário no emprego total, reduz significativamente o crescimento econômico, porque o setor industrial é responsável pela maior produtividade do trabalho e progresso técnico de um país.

São necessários, contudo, maiores estudos deste alinhamento. À medida que a industrialização recente dos Estados do Nordeste resulta de uma das faces da reestruturação produtiva que é a incessante busca de redução de custos, tal movimento pode estar descrito na desindustrialização do país como um todo, tendo em vista que a realocação promove, em alguns casos, a redução da participação industrial nas Regiões de origem dos investimentos industriais que aportam o Nordeste.

Evolução do Emprego Formal da Indústria da Transformação

Ao analisar a evolução do emprego formal na indústria de transformação, observa-se, na Tabela 5, a concentração de trabalhadores empregados em indústrias intensivas em mão de obra (alimentícia, têxtil e calçadista), tanto na Bahia quanto no Ceará. Percebe-se neste período, todavia, uma queda na participação ao observar que em 2003 o Ceará participa com 71,07% do emprego formal industrial total, vindo a cair em 2013 para 65,24%.

As indústrias baianas intensivas em mão de obra, no entanto, participam com 64,38% do emprego formal industrial total para o ano de 2003, não obstante uma queda no final do período para a participação de 57,2% do emprego total em análise. Percebe-se nesse Estado uma melhor distribuição do emprego formal entre os setores da Indústria de Transformação.

Além de a estrutura produtiva da Bahia ser mais integrada ao eixo dinâmico do Centro-Sul já desde etapas prévias à ação planejada dos anos 60 em diante, com esta fase a integração se deu com maior vigor. A diversificação contou ainda com o aporte de segmentos da indústria de semielaborados instituídos a partir de então com a altivez de instalações que consolidaram o Polo Petroquímico de Camaçari. Outro aspecto importante está na indústria automobilística, já via instrumentos fiscais em 1999 (SILVA *et al.*, 2004.)

Tabela 5 – Ceará e Bahia: Evolução do emprego formal na Indústria de Transformação e Extrativa Mineral: Ceará e Bahia 2003/2013

RAMO DE ATIVIDADE	CEARÁ				BAHIA			
	2003	(%)	2013	(%)	2003	(%)	2013	(%)
Extrativa mineral	1.857	1,1	3.583	1,2	8.797	5,7	16.272	6,1
Indústria de prod. Minerais não met.	7.109	4,1	14.900	5,1	9.945	6,5	20.312	7,6
Indústria metalúrgica	6.119	3,5	17.120	5,8	7.267	4,7	17.249	6,3
Indústria mecânica	1.935	1,1	5.540	1,9	4.769	3,1	10.685	3,9
Ind. material eléct. e de comunicações	1.327	0,8	1.704	0,6	1.876	1,2	4.673	1,7
Ind. transporte	1.526	0,9	3.807	1,3	4.265	2,7	10.704	3,9
Ind. madeira	5.465	3,2	8.443	2,9	4.984	3,2	9.829	3,6
Ind. papelão	5.545	3,2	8.862	3,0	6.285	4,1	12.041	4,5
Ind. borracha, fumo	4.754	2,7	7.612	2,6	6.542	4,3	12.759	4,7
Ind. química	7.754	4,5	13.430	4,6	20.810	13,5	29.777	11,1
Ind. têxtil	46.113	26,60	71.133	24,3	14.784	9,6	22.343	8,3
Ind. de calçados	41.454	23,92	63.748	21,7	17.418	11,3	26.195	9,8
Ind. prod. alimentício	35.613	20,5	47.520	16,0	30.602	19,9	52.520	19,6
Serviços industriais	6.763	3,9	7.796	2,7	15.330	9,9	22.306	8,3
Total	173.334	100,0	293.098	100,0	153.673	100,0	267.665	100,0

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria.

Outra informação relevante dos dados contidos na Tabela 5 é o crescimento do emprego formal industrial em setores que, geralmente, eram concentrados na Região Sudeste do país. Um dos exemplos pode ser a Indústria de Material de Transporte, que passou, em termos absolutos, de 1.526 em 2003 para 3.807 em 2013, correspondendo a uma variação de 149,47% e uma taxa de crescimento de 9,57% a.a. Na indústria metalúrgica constata-se outro caso de expansão do emprego formal, ao passar de 3,5% da participação do emprego industrial para 5,8%, ocasionando uma taxa de crescimento de 10,9% a.a.

Para o Estado da Bahia ocorreu um aumento no emprego ao passar de 20.810 em 2003 para 29.777 em 2013, e uma queda de participação na indústria total junto com as intensivas em trabalho, caindo de 13,54% para 11,52%. Para os demais setores, o Estado da Bahia permanece criando mais postos de trabalho em relação ao Ceará, continuando a imprimir um quadro de economia mais diversificada também na geração de empregos formais diretos.

Diante de tais análises, percebe-se a diversificação do emprego industrial, em que a queda na participação de setores antes tradicionais para a economia desses dois Estados, como a indústria têxtil e calçadista, foi recompensada pelo crescimento em indústrias de material de transporte, metalurgia e indústria química para o caso do Ceará.

Tamanho do Estabelecimento da Indústria Formal

Um dos elementos importantes para compreender a reestruturação produtiva em vigor é a investigação sob a perspectiva do tamanho dos estabelecimentos e suas respectivas gerações de emprego. Assim, conforme a Tabela 6, que apresenta o número de empregados segundo o porte do estabelecimento industrial, observa-se a concentração de empregados nas grandes empresas em ambos os Estados. No Ceará, no entanto, no ano de 2003 para 2013 aumentou a participação de empregados em todos os portes de empresa, exceto os grandes empreendimentos em que, mesmo tendo aumento, que foi de 74.535 em 2003 para 101.858 em 2013, observa-se queda da participação relativos ao diminuir de 43,1% para 37%. O porte de empresa que mais se destacou no período em estudo, entretanto, foi a média empresa, implicando taxa de crescimento de 3,2% a.a.

Na Bahia, todavia, ocorre o inverso: todos os portes de empresa diminuíram sua participação, exceto a grande empresa, que registra um incremento de 37.602 para 87.182, implicando variação de 131,85% e taxa de crescimento de 8,78% a.a.

Tabela 6 – Ceará e Bahia: Distribuição do emprego formal na indústria por tamanho do estabelecimento-2003/2013

NÚMERO DE EMPREGADOS POR PORTE DA INDÚSTRIA	CEARÁ				BAHIA			
	2003	(%)	2013	(%)	2003	(%)	2013	(%)
Micro (até 19)	27.939	16,1	45.174	16,4	29.174	19,2	47.885	17,9
Pequena (20 a 99)	35.744	20,6	64.662	23,5	36.645	24,2	61.363	22,9
Média (100 a 499)	34.876	20,2	63.504	23,1	48.253	31,8	71.235	26,7
Grande (500 ou mais)	74.535	43,1	101.858	37,	37.602	24,8	87.182	32,6
Total	173.093	100,0	275.198	100,0	151.674	100,0	267.665	100,0

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria.

Quando se agregam todos os portes, é verificado que as médias e grandes empresas aparecem como as maiores absorvedoras de emprego formal. Os dados se contrapõem, assim, à tendência nacional em que, segundo o Sebrae (2014), entre 2000 e 2010 foram gerados 6,1 milhões de empregos formais. O Ceará, em 2010, participou com 2,8% do total de MPEs do Brasil, enquanto a Bahia participou com 4,1% do total, empregando aproximadamente 10.148 pessoas.

Provavelmente o nível de emprego mais reduzido para MPEs decorre da alta taxa de mortalidade dessas empresas no mercado, especialmente o setor industrial, que necessita de um número maior de empregados¹² em comparação com os demais setores da economia. Ademais, contribuem para esta elevada taxa as dificuldades de adequação ao ambiente macroeconômico desfavorável, caracterizado pelo tripé: superávit primário, regime de metas de inflação e câmbio flutuante, que, sendo sustentado em juros elevados, aumenta o custo da intermediação financeira, comprometendo a sobrevivência dos pequenos empreendimentos a médio e longo prazos.

¹²Segundo o SEBRAE (2014), no que respeita à classificação de micro e pequenas empresas de acordo com o porte, o setor industrial é o que exige maior número de empregados no valor de até 99 funcionários, enquanto o setor terciário para essa classificação exige, no máximo, 49 funcionários.

Perfil Socioeconômico e Sociodemográfico dos Ocupados Formais na Indústria

Sexo dos Trabalhadores

A análise desagregada por sexo mostra que, em 2003, havia 103.618 trabalhadores empregados na indústria formal cearense, sendo 59,9% do sexo masculino e 40,1% do sexo feminino. Em 2013 a participação dos homens aumenta para 62,43% respectivamente, caindo a participação feminina (para 37,6%). O Estado da Bahia contava, em 2003, com um total de 151.674 trabalhadores no setor industrial, dos quais 72,9% são do gênero masculino, contra 27,0% do sexo feminino, e em 2013 ocorre um leve aumento na participação do sexo feminino (27%) e uma pequena queda da participação masculina (72,9%).

Tabela 7 – Ceará e Bahia: Número de empregados na indústria formal, segundo o sexo – 2003/2013

SEXO	CEARÁ				BAHIA			
	2003	(%)	2013	(%)	2003	(%)	2013	(%)
Masculino	10.3678	59,9	171.813	62,4	110.682	72,9	195.276	72,9
Feminino	69.415	40,1	1033.85	37,6	40.992	27	72.389	27,1
Total	173.093	100,0	275.198	100,0	151.674	100,0	267.665	100,0

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria.

Apesar do crescimento do número de empregos na indústria formal no período em estudo, em 2013 prevalece a concentração de trabalhadores do gênero masculino (62,43% no Ceará e 72,95% na Bahia). Tal indicador aponta ainda para a seletividade do sexo na maioria dos setores que compõem a atividade industrial.

Faixa Etária

No tocante à variável faixa etária (Tabela 8), tanto em 2003 quanto em 2013, nos dois Estados considerados, a maior participação (aproximadamente 30%) dos trabalhadores empregados na indústria formal situava-se na faixa etária de 30 a 39 anos.

Tabela 8 – Ceará e Bahia: Total de empregados na indústria formal por faixa etária – 2003/2013

FAIXA ETÁRIA	CEARÁ				BAHIA			
	2003	(%)	2013	(%)	2003	(%)	2013	(%)
Até 17 anos	754	0,4	777	0,1	307	0,2	1050	0,4
18 a 24 anos	46.813	27	65.173	23,7	33.797	22,3	45.777	17,1
25 a 29 anos	38.315	22	58.909	21,4	30.460	20,1	52.588	19,6
30 a 39 anos	52.843	30,5	86.729	31,5	43.902	28,9	92.518	34,6
40 a 49 anos	25.477	14,7	43.409	15,8	31.686	20,9	45.735	17,1
50 a 64 anos	8.501	4,9	19.421	7	11.467	7,6	28.960	10,8
65 ou mais	390	0,2	780	0,3	355	0,2	1.037	0,4
TOTAL	173.093	100,0	275.198	100,0	151.674	100,0	267.665	100,0

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria.

Em 2003, a participação da mão de obra industrial na faixa etária que vai até 17 anos é pouco significativa no Ceará (0,44%) e na Bahia (0,20%), enquanto em 2013 esses números reduzem para 0,1 no Ceará e aumenta na Bahia para 0,4%. Uma possível explicação são as políticas de primeiro emprego serem mais consolidadas onde há maior diversificação produtiva, que, no caso destas duas economias, conforme visto anteriormente, é o Estado da Bahia.

O número pequeno de trabalhadores jovens até 17 anos empregados na indústria formal decorre do conjunto de incentivos oferecidos pelo governo federal para manter crianças e jovens na escola mediante o Programa Bolsa Família (incentivo monetário recebido mensalmente pela família para manter crianças e adolescentes na escola) ou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico – Fundeb – pela Emenda Constitucional n. 14, de 1996, tendo por objetivo melhorar a situação do Ensino Fundamental público, melhorando sua qualidade e abrangência.

Por outro lado, o leve aumento de pessoas com até 17 anos empregadas na indústria decorre de que muitas empresas demandam essa mão de obra, muitas vezes funcionando como condição de aprendizes ou estagiários, a exemplo do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE –, onde se faz o intermédio entre a indústria, a escola e o estudante.

Ainda na Tabela 8 percebe-se a pequena participação dos trabalhadores na faixa etária acima de 65 anos. Em 2003 esses trabalhadores representavam um percentual de 0,2% no Ceará e Bahia, havendo um pouco de aumento para 0,3% e 0,4% respectivamente. Esta expansão associa-se àquela redução na participação em ambos os Estados da indústria intensiva em mão de obra. Mesmo com os direitos assegurados da previdência social, as indústrias demandam esses trabalhadores, o que mostra que a carência de esforço físico e habilidade não é vista como empecilho à integração no mercado de trabalho.

Nível de Escolaridade

Com relação ao nível de escolaridade, chama atenção o elevado percentual de trabalhadores na indústria formal com poucos anos de estudo (Tabela 9). Em 2003 os trabalhadores do Ceará concentravam-se na faixa de Ensino Fundamental incompleto (38,09%). Na Bahia, no entanto, havia 36,87% dos trabalhadores entre o Ensino Médio completo e Superior incompleto.

Tabela 9 – Ceará e Bahia: Total de empregados na indústria formal, segundo grau de instrução –2003/2013

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	CEARÁ				BAHIA			
	2003	(%)	2013	(%)	2003	(%)	2013	(%)
Sem instrução até Fund. incomp.	65.945	38,1	38.947	14,1	49.117	32,4	41.267	15,4
Fund. comp. até Méd. inc	57.956	33,5	72.355	26,3	37.852	24,9	48.066	17,9
Médio comp. Até Sup. inc.	43.976	25,4	152.073	55,3	55.931	36,8	155.308	58
Superior completo	5216	3	11.823	4,3	8.744	5,7	22.974	8,6
TOTAL	173.093	100,0	275.198	100,0	151.674	100,0	267.665	100,0

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria.

Em 2013, a indústria formal da Bahia apresentou declínio em termos percentuais na participação de trabalhadores que tinham até o Ensino Fundamental incompleto, ao passar de 32,38% em 2003 para 15,42% em 2013. Isto representa uma variação negativa de 15,98% com queda de 49.117 em 2003 para 41.267 em 2013. Tal movimento, por um lado, indica a substituição de trabalhadores menos escolarizados por aqueles mais qualificados, resultando, dessa forma, um aumento da seletividade na contratação de mão de obra, em razão da incorporação de novos métodos de gestão, organização do trabalho e reestruturação da produção. Por outro lado, deve-se ressaltar que os trabalhadores inseridos na indústria formal qualificaram-se em virtude do mercado globalizado, que exige profissionais cada vez mais instruídos.

No Ceará, todavia, constata-se também um declínio em termos percentuais do número de trabalhadores com nível de escolaridade até o Ensino Fundamental incompleto, de 38,1% em 2003 para 14,2% em 2013.

Tempo de Serviço

Um indicador que revela certa estabilidade dos ramos da atividade econômica é o tempo de serviço nas empresas. Assim, em relação ao tempo de permanência dos trabalhadores empregados na indústria formal em 2003, 39,5% ficaram empregados com menos de 1 ano no Ceará, vindo a diminuir para 34,2% em 2013; na Bahia eles passam de 31,1% em 2003 para 31,4% em 2013. Apesar da elevada rotatividade em ambos os Estados, percebe-se que vem diminuindo.

Tabela 10 – Ceará e Bahia: Distribuição dos trabalhadores na indústria formal, segundo tempo de serviço – 2003/2013

TEMPO DE SERVIÇO	CEARÁ				BAHIA			
	2003	(%)	2013	(%)	2003	(%)	2013	(%)
Menos de 1 ano	68.408	39,5	94.031	34,2	47.195	31,1	83.962	31,4
1 a menos de 3 anos	50.435	29,1	79.074	28,7	43.309	28,5	74.950	28
3 a menos de 5 anos	22.083	12,7	39.899	14,5	21.748	14,3	38.750	14,5
5 ou mais anos	32.106	18,5	62.188	22,6	39.399	25,9	69.978	26,1
Ignorado	61	0,1	6	0,1	23	0,1	25	0,1
TOTAL	173.093	100,0	275.198	100,0	151.674	100,00	267.665	100,0

Fonte: Rais/MTE. Elaboração Própria.

A elevada concentração de trabalhadores com pouco tempo na indústria, que, mesmo perdendo a participação em ambos os Estados, constituem a maioria, é resultado da reestruturação produtiva, avanço da tecnologia e dos elevados impostos trabalhistas que incentivam aos empregadores a utilizarem mão de obra terceirizada com o propósito de reduzir custos.

Valois (2007) analisa esses argumentos como consequência do modelo de acumulação flexível que, ao contrário do modelo fordista, que pregava a rigidez salarial e a estabilidade do emprego, teve-se a necessidade de substituição por modelos alternativos que tinham por objetivo recuperar índices de produtividade que se mostravam em declínio. Para tanto, seria necessária a redução dos custos e a introdução da tecnologia multifuncional, causando consequências como: informalidade ocupacional, as subcon-

tratações, a terceirização e o trabalho por tempo. O que fica claro é que o emprego duradouro está cada vez mais difícil, predominando a precarização e alta rotatividade no mercado de trabalho cearense e baiano.

Remuneração dos Trabalhadores

Sob a ótica da remuneração (Tabela 11), verificou-se que tanto no Ceará quanto na Bahia houve redução dos rendimentos auferidos pelos trabalhadores durante o período de 2003 e 2013. Isto é notado tanto pelo aumento daqueles que recebiam até 2 salários mínimos quanto pela redução nas demais faixas de rendimento, exceto aqueles que ganhavam até 1 salário mínimo na Bahia, que passaram de 8,09% em 2003 para 7,48% em 2013.

Tabela 11 – Ceará e Bahia: Total de empregados na indústria formal, segundo faixa de remuneração – 2003/2013

FAIXA MÉDIA DE RENDIMENTO EM (SM)	CEARÁ				BAHIA			
	2003	(%)	2013	(%)	2003	(%)	2013	(%)
Até 1 salário	14.063	8,1	27.944	10,2	12.283	8,1	20.010	7,5
Mais de 1 a 2 SM	126.990	73,4	206.341	74,9	75.303	49,6	147.920	55,3
Mais de 2 a 3 SM	12.242	7,1	17.146	6,2	15.305	10,1	31.090	11,6
Mais de 3 a 5 SM	8.224	4,7	10.964	3,9	16.816	11,1	27.271	10,2
Mais de 5 a 10 SM	5.899	3,4	6.726	2,4	16.569	10,9	20.435	7,6
Mais de 10 a 20 SM	3.908	2,3	2.713	0,9	9.783	6,4	11.454	4,3
Mais de 20 SM	1.513	0,9	941	0,3	5.354	3,5	5.529	2,1
Sem declaração	254	0,2	2.423	0,8	261	0,2	3.946	1,4
TOTAL	173.093	100,00	275.198	100,0	151.674	100,0	267.665	100,0

Fonte: RAIS/MTE. Elaboração Própria.

Em 2013 os baixos rendimentos aumentam nos dois Estados, sendo mais intenso no Ceará. O percentual dos trabalhadores que ganhavam até 2 salários mínimos ampliou-se significativamente de 81,5% em 2003 no Ceará para 85,1%. Na Bahia, no entanto, percebe-se aumento na faixa mais de 1 a 3 salários mínimos, que passa de 59% em 2003 para 66,8%. A baixa remuneração, principalmente no Ceará, foi, sem dúvida, um dos atrativos para a vinda de indústrias, sendo grande elemento que norteia a redução dos custos produtivos.

Para aqueles que ganhavam acima de 3 salários mínimos houve redução na proporção de trabalhadores concentrados nessas faixas de rendimento em ambos os Estados, sendo novamente mais intensa para a mão de obra empregada na indústria cearense. No Ceará, ganhavam acima de 3 salários mínimos 11,1%, caindo para 8,6% em 2013, e na Bahia eles passam de 32,2% em 2003 para 25,6% em 2013.

Essa ótica torna-se conflitante, dado que os trabalhadores em ambos os Estados melhoraram sua qualificação ao longo dos dez anos em análise, e os resultados apontam redução no nível dos rendimentos desses trabalhadores. Há uma contrariedade ao que preconiza o pensamento hegemônico da teoria de capital humano (ARABSHEIBANI, 1998), que afirma que sujeitos mais escolarizados obtêm retornos financeiros mais elevados em virtude da aquisição em educação proporcionar elevação na renda do indivíduo, o que eleva a produtividade e age como processo de seleção para o mercado de trabalho.

O que se constata na análise é uma elevada precarização no mercado de trabalho nos Estados em estudo, que, mesmo com aumentos salariais reais nunca vistos na história nacional pós-1994, torna-se viável por meio da política de estabilização de preços (Plano Real) e a política de valorização do salário mínimo em um contexto de retomada do crescimento econômico. Mediante a análise empírica, porém, constata-se que o emprego ainda é precário, perdurando tanto a instabilidade quanto os baixos rendimentos pagos aos empregados da indústria formal do Ceará e Bahia nos anos de 2003 e 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da realização deste trabalho, respondeu-se ao questionamento colocado pela problematização, comprovando a hipótese de que as economias cearense e baiana se apresentam de formas distintas, não obstante a homogeneização imperada pela lógica da acumulação capitalista contemporânea, que imprime para os Estados da Região Nordeste um papel particular na divisão espacial do trabalho pelo fornecimento de produtos intensivos em trabalho e bens intermediários.

Ainda que se tratem de estruturas produtivas distintas, o esvaziamento das políticas de promoção de desenvolvimento trouxe como margem de ação para estas economias, no bojo do paradigma neoliberal de regulação econômica e todo o seu aparato, a atração de empreendimentos instrumentalizados pela guerra fiscal, constituindo-se, assim, o apego demasiado aos localismos como saída.

O padrão industrial que se empreende com este modelo reitera o modo de integração da região à dinâmica capitalista, bem-ilustrado pelo perfil dos Estados em estudo. Observou-se que a atividade industrial baiana, com integração ao aparelho produtivo nacional mais consolidado, apresenta maior diversificação nos seus setores econômicos, tanto no número de estabelecimentos quanto no número de empregos gerados. Ademais, figura neste Estado os empreendimentos com maior número de empregados.

Já o caso cearense, apresenta um modelo mais pautado em setores tradicionais, como têxtil, alimentos e bebidas, além da forte participação no ramo de calçados. Isto ocorre apesar de a diversificação mais recente avançar para ramos como o caso da ampliação da Indústria de Material de Transporte. Ainda assim, sua estrutura industrial e o perfil do emprego formal é predominantemente pautado em setores mais tradicionais.

Assim sendo, o trabalho contribuiu para engrossar os argumentos justificados na necessidade de retomada de políticas de desenvolvimento bem-definidas sob duas qualificações: a política de desenvolvimento regional e a política de proteção do emprego formal dada a evolução da precarização no mercado de trabalho industrial no bojo das políticas neoliberais, ambas articuladas em suas diversas instâncias escalares.

REFERÊNCIAS

- ARABSHEIBANI, G. R. On the weak vs version of the screening hypothesis: a re-examination of the P-test for the U.K. *Economics of Education Review*, vol. 17, n. 2, p. 189-192, 1998.
- ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: Fundap; Editora da Unesp, 1995. p. 125-156. (Série Federalismo no Brasil).
- BRANDÃO, C. B. *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

- CANO, W. *Desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005)*. 3. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.
- CANO, W. Concentração e desconcentração industrial no Brasil: 1970/95. In: *Revista Econômica e Sociedade*, São Paulo, n. 8, p. 101-141, jun. 1997.
- GUIMARÃES NETO, J. L. *Introdução à formação econômica do Nordeste: da articulação comercial à integração produtiva*. Recife: Fundaj; Editora Massangana, 1989.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas regionais*. 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 20 dez. 2015.
- IPEADATA. *Contas regionais*. 2013. Disponível em: www.ipeadata.gov.br. Acesso em: 20 dez. 2015.
- LIMA, João Policarmo Rodrigues. Traços gerais do desenvolvimento recente da economia do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 36, n. 1, jan./mar. 2005.
- LIMA JÚNIOR, F. do O' de. *Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de 1980-2010*. 2014. 264p. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2014a.
- LIMA JÚNIOR, F. do O' de. *Sudene e forças sociais nordestinas: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000*. Fortaleza, CE: Editora RDS, 2014b.
- MACEDO, F. C de. *Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1980-2008)*. 2010. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Instituto de Economia – IE, Campinas, SP, 2010.
- OREIRO, J.; FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 2, 2010.
- PACHECO, C. A. *Fragmentação da nação*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- RAIS. *Relação Anual de Informações Sociais*. Disponível em: www.mte.gov.br. Acesso em: 14 jan. 2016.
- SAMPAIO FILHO, D. *A industrialização do Ceará: empresários e entidades*. 1985. 99p. Dissertação (Mestrado) – EASP/FGV, São Paulo, 1985.
- SEBRAE. *Critérios e conceito para classificação de empresas*. 2014. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/goias/indicadores-das-mpe/classificacao-empresarial/criterios-e-conceitos-para-classificacao-de-empresas/criterios-e-conceitos-para-classificacao-de-empresas>. Acesso em: set. 2014.
- SILVA, J. C. D. da et al. *Estimativas dos efeitos da implantação do Complexo Ford Nordeste sobre a estrutura industrial da Bahia: uma abordagem insumo-produto*. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – ANPEC, 2004, João Pessoa, PB. 7 a 10 dez 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A128.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- VALOIS, I. S. *O mercado de trabalho feminino na indústria cearense dos anos 1990*. 2007, 76 f. Monografia (Bacharelado) – Universidade Regional do Cariri – URCA, Departamento de Economia, Crato, 2007.